



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

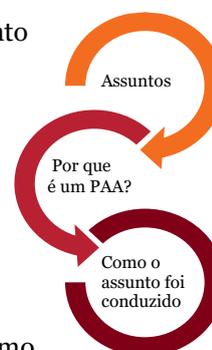
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 14 e 17 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva ("LER") e Contrato de Leilão de Energia Nova ("LEN"). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato.

Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: (i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; (iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

São Paulo, 29 de março de 2021

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial	5
Demonstraço do resultado do exercíco.....	6
Demonstraço do resultado abrangente do exercíco	7
Demonstraço das mutaçoões do patrimônio líquido	8
Demonstraço dos fluxos de caixa	9

Notas explicativas da Administração às demonstraçoões financeiras individuais e consolidadas

1	Consideraçoões gerais	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercíco de 2020.....	11
2	Apresentaço das demonstraçoões financeiras e resumo das prácticas contábeis	13
2.1	Base de apresentaço	13
2.2	Consolidaço	13
2.3	Moeda funcional e de apresentaço das demonstraçoões financeiras	14
3	Novas normas, alteraçoões e interpretaçoões de normas emitidas pelo CPC e IASB	14
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia.....	14
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia	15
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	15
5	Gestão de risco financeiro	16
5.1	Fatores de risco financeiro	16
5.2	Estimativa do valor justo	17
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	19
6	Instrumentos financeiros por categoria	20
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	21
8	Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva	21
8.1	Fundo de Liquidez – Conta reserva	21
9	Contas a receber de clientes	22
10	Partes relacionadas	23
11	Investimentos	25
12	Imobilizado	26
13	Empréstimos e financiamentos	28
14	Provisão de ressarcimento	30
15	Provisões	31
16	Patrimônio líquido	32
17	Receita	33
18	Abertura do resultado por natureza	34
19	Resultado financeiro líquido.....	34
20	Imposto de renda e contribuição social	34
21	Seguros (não auditado)	35
22	Eventos subsequentes.....	35

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Balança patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	654	125	152.435	82.444	Empréstimos e financiamentos	13	9.412	6.605	52.661	44.113
Fundo de liquidez - conta reserva	8.1			6.740	5.472	Fornecedores		183	108	3.399	8.194
Contas a receber de clientes	9			76.964	75.844	Tributos a recolher		8	1	2.741	5.147
Tributos a recuperar		254	254	877	1.282	Partes relacionadas	10	9		9	1.468
Dividendos a receber	10	13.653	31.226			Provisão de ressarcimento	14			64.173	8.273
Outros ativos				2.791	1.457	Dividendos a pagar	10	764	764	764	764
		14.561	31.605	239.807	166.499	Outros passivos				1.344	547
								10.376	7.478	125.091	68.506
Não circulante						Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8.1			46.619	39.698	Empréstimos e financiamentos	13	158.234	155.952	1.045.088	1.082.526
Outros ativos		8	7	16	16	Tributos a recolher				4.127	4.127
		8	7	46.635	39.714	Partes relacionadas	10		3.314		
						Provisão de ressarcimento	14			47.374	26.179
						Provisões	15			48.451	45.006
								158.234	159.266	1.145.040	1.157.838
Investimentos	11	694.387	713.137			Total do passivo		168.610	166.744	1.270.131	1.226.344
Imobilizado	12	18	18	1.523.594	1.597.573						
Intangível				459	581	Patrimônio líquido	16				
		694.405	713.155	1.524.053	1.598.154	Capital social		575.000	575.000	575.000	575.000
						Reserva legal				1.609	1.609
						Reservas de lucros				1.414	1.414
						Prejuízos acumulados		(34.636)		(34.636)	
						Total do patrimônio líquido		540.364	578.023	540.364	578.023
Total do ativo		708.974	744.767	1.810.495	1.804.367	Total do passivo e patrimônio líquido		708.974	744.767	1.810.495	1.804.367

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida da venda de energia	17			200.998	253.505
Custo da geração de energia	18			(123.619)	(130.167)
Lucro bruto				77.379	123.338
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	18	(486)	(116)	(5.840)	(7.800)
		(486)	(116)	(5.840)	(7.800)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(486)	(116)	71.539	115.538
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11(a)	(17.854)	(728)		
		(17.854)	(728)		
Resultado financeiro líquido	19				
Receitas financeiras		14	8	3.740	7.780
Despesas financeiras		(19.333)	(17.537)	(105.569)	(130.827)
		(19.319)	(17.529)	(101.829)	(123.047)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.659)	(18.373)	(30.290)	(7.509)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20			(7.369)	(10.864)
Prejuízo do exercício		(37.659)	(18.373)	(37.659)	(18.373)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(37.659)	(18.373)
Total do resultado abrangente do exercício	(37.659)	(18.373)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Reserva de lucro					Patrimônio Líquido
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2019	590.500	(15.500)	1.609	19.787		596.396
Prejuízo do período					(18.373)	(18.373)
Absorção das reservas de lucro com o prejuízo do exercício				(18.373)	18.373	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas				(18.373)		(18.373)
Em 31 de dezembro de 2019	590.500	(15.500)	1.609	1.414		578.023
Prejuízo do exercício					(37.659)	(37.659)
Absorção das reservas de lucro com o prejuízo do exercício			(1.609)	(1.414)	3.023	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas			(1.609)	(1.414)	(34.636)	(37.659)
Em 31 de dezembro de 2020	590.500	(15.500)			(34.636)	540.364

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.659)	(18.373)	(30.290)	(7.509)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	18			75.700	75.351
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	13 (c)	18.429	17.003	94.645	116.396
Apropriação dos custos de captações	13 (c)	695	302	6.563	6.124
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	15			3.445	7.695
Provisão de ressarcimento	14 (d)			78.948	20.959
Realização de provisão de ressarcimento	14 (d)			(1.853)	
Baixa de imobilizado	12 (a)				223
Equivalência patrimonial	11 (b)	17.854	728		
		(681)	(340)	227.158	219.239
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes				(1.120)	9.440
Tributos a recuperar			(3)	405	(341)
Demais créditos e outros ativos		(1)	4	(1.334)	(1.242)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		75	101	(4.795)	3.595
Tributos a recolher		7	1	(2.433)	(1.613)
Partes relacionadas		(3.305)	2.697	(1.459)	1.468
Demais obrigações e outros passivos				797	331
Caixa proveniente e das (aplicado nas) operações		(3.905)	2.460	217.219	230.877
Juros pagos sobre empréstimos	13 (c)	(11.237)	(10.912)	(87.786)	(109.865)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(7.342)	(10.070)
Caixa líquido proveniente e das (aplicado nas) atividades operacionais		(15.142)	(8.452)	122.091	110.942
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	12 (a)			(1.599)	(729)
Aquisição de intangível					(17)
Resgate de (investimento em) conta reserva				(8.189)	17.990
Redução de capital dos investimentos	11 (b)	3.181	3.288		
Aumento de capital dos investimentos	11 (b)	(7.700)			
Dividendos recebidos	1.1 (a)	22.988	15.523		
Caixa líquido proveniente e das (aplicado nas) atividades de investimento		18.469	18.811	(9.788)	17.244
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	13 (c)			543	
Liquidação de empréstimos e financiamentos	13 (c)	(1.747)	(846)	(41.794)	(94.929)
Adições dos custos de captações	13 (c)	(1.051)	(2.776)	(1.061)	(4.494)
Pagamento de dividendos			(6.880)		(6.880)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.798)	(10.502)	(42.312)	(106.303)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		529	(143)	69.991	21.883
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		125	268	82.444	60.561
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		654	125	152.435	82.444

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e *Canada Pension Plan Investment* ("CPP Investment").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizada nos Estados de Pernambuco e Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe III, com capacidade instalada total de 358 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólio-elétrica (EOL)	Portaria MME
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto I	423/2014
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto II	424/2014
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VI	460/2014
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VII	427/2014
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VIII	461/2014
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão I	451/2014
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão II	452/2014
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão III	453/2014
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão IV	181/2015
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão V	454/2014
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Onofre IV	180/2015
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 01	169/2015
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 02	390/2015
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 03	170/2015

Eólica	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	123.516	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	140.160	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	82.344	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	108.624	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	104.244	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	29,9	133.152	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	29,9	146.292	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	19,8	80.592	08/05/2015	08/05/2050

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova;
- LER – Leilão de Energia de Reserva.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

(a) Movimentação de dividendos

Em abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária, as controladas da Companhia deliberaram a distribuição de dividendos adicionais ou a reversão dos mínimos obrigatórios à conta reservas de lucros, verificada no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia recebeu dividendos das suas controladas referente aos dividendos deliberados em exercícios anteriores e reconheceu a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2020.

A seguir são demonstradas as movimentações:

Controladas	Provisionados em 2019	Adicionais deliberados em 2020	Reversão	Recebidos	Mínimos obrigatórios	Provisionados em 2020
Ventos de Santo Augusto I	1.514			(667)		847
Ventos de Santo Augusto II	180	539		(719)		0
Ventos de Santo Augusto VI	2.368		(149)	(1.083)		1.136
Ventos de Santo Augusto VII	3.209	318		(1.418)		2.109
Ventos de Santo Estevão II	2.048			(917)		1.131
Ventos de Santo Estevão IV	3.526			(1.085)		2.441
Ventos de Santo Estevão V	6.296		(383)	(3.777)		2.136
Ventos de Santo Onofre IV	1.876	1.134		(2.719)	306	597
Ventos de São Virgílio 01	1.049	619		(1.668)	57	57
Ventos de São Virgílio 02	6.454	1.763		(8.217)	544	544
Ventos de São Virgílio 03	2.706		(14)	(718)	681	2.655
	<u>31.226</u>	<u>4.373</u>	<u>(546)</u>	<u>(22.988)</u>	<u>1.588</u>	<u>13.653</u>

(b) Redução e aumento de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as seguintes movimentações de capital das controladas:

Controladas	2019	Aumento (redução) de capital social	2020
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	51.292	(511)	50.781
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	45.313	7.032	52.345
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	52.314	(918)	51.396
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	56.290	(1.084)	55.206
	<u>205.209</u>	<u>4.519</u>	<u>209.728</u>

(c) Incidente ocorrido na subestação coletora

Em 25 de junho de 2020, um curto-circuito na subestação coletora que interliga todas as empresas do complexo de Ventos de Araripe III deixou indisponível um dos dois transformadores de força (“trafos”) localizados nessa subestação. Devido a isso, todo o fluxo de geração dos 14 parques eólicos foi direcionado para o transformador

remanescente da subestação coletora, limitando a capacidade de escoamento da geração do complexo eólico a 190MW, o que corresponde à aproximadamente 50% da capacidade instalada total.

A Administração de Araripe III acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para avaliação quanto às causas do curto-circuito e obtenção de parecer sobre a viabilidade de conserto ou necessidade de substituição do mesmo, bem como o prazo para resolução do problema em ambos os cenários. Após a obtenção de parecer emitido pelo fabricante do transformador a Administração optou por seguir com o seu reparo ao invés da substituição, com prazo de conclusão estimado para abril de 2021.

A redução na capacidade de geração de energia pelo complexo, até o conserto do transformador, está sendo refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada.

Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que a as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. A Administração acionou a seguradora para avaliação do caso e tratativas quanto à indenização cabível, cuja decisão dependerá do parecer final por parte da perícia conduzida pela seguradora.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração de Araripe III não havia recebido o parecer da seguradora relativo à indenização.

(d) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora em conjunto VGE está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia e suas controladas avaliaram a posição do seu contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, e na avaliação da situação financeiras dos credores.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*.

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas em 31 de dezembro de 2020, e concluíram que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas não tiveram impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos operacionais decorrentes de eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não serão impactadas em suas operações ou se seus resultados serão afetados por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de março de 2021.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (b).

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2020	2019		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB**3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia**

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da IBOR (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 “Ativo imobilizado”;
- (iii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iv) Custos de empréstimos no teste de desconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (v) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”;
- (vi) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vii) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (viii) Reforma das IBORs: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidência”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber (Nota 9);
- (ii) Imobilizado (Nota 12);
- (iii) Provisão de ressarcimento (Nota 14);
- (iv) Provisões (Nota 15);

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito; (b) risco de liquidez; (c) risco regulatório.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), controladora da VGE, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*.

O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	13.417	48.997	50.396	159.145	271.955
Fornecedores	183				183
Partes relacionadas	9				9
	<u>13.609</u>	<u>48.997</u>	<u>50.396</u>	<u>159.145</u>	<u>272.147</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (i)	12.067	38.352	43.031	150.456	243.906
Fornecedores	108				108
Partes relacionadas		3.314			3.314
	<u>12.175</u>	<u>41.666</u>	<u>43.031</u>	<u>150.456</u>	<u>247.328</u>

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	123.448	270.202	276.807	1.053.778	1.724.235
Fornecedores	3.399				3.399
Partes relacionadas	9				9
	<u>126.856</u>	<u>270.202</u>	<u>276.807</u>	<u>1.053.778</u>	<u>1.727.643</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos (i)	123.892	242.219	250.602	1.190.116	1.806.829
Fornecedores	8.194				8.194
Partes relacionadas	1.468				1.468
	<u>133.554</u>	<u>242.219</u>	<u>250.602</u>	<u>1.190.116</u>	<u>1.816.491</u>

(i) Os valores de empréstimos e financiamentos incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e os passivos divulgados ao valor justos foram classificados nos níveis 1 e 2. Vide classificação abaixo:

	Nota	Valor justo o medido com base em				Controladora	
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos							
Equivalentes de caixa	8	571	49			571	49
		<u>571</u>	<u>49</u>			<u>571</u>	<u>49</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	13			171.562	152.139	167.646	162.557
		<u>571</u>	<u>49</u>	<u>171.562</u>	<u>152.139</u>	<u>167.646</u>	<u>162.557</u>

		Consolidado					
		Valor justo o medido com base em				Valor contábil	
Nota		Nível 1	Nível 2				
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos							
	8	145.970	74.814			145.970	74.814
	8.1	53.359	45.170			53.359	45.170
		199.329	119.984			199.329	119.984
Passivos							
	13			1.146.225	1.148.470	1.097.749	1.126.639
		199.329	119.984	1.146.225	1.148.470	1.097.749	1.126.639

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e empréstimos e financiamentos são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

						Controladora			
						Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 1,90%	571		BRL mil	1 bps*		(3)	(5)	3	5
IPCA 4,31%		172.943	BRL mil	-81 bps*	1.401	1.863	3.727	(1.863)	(3.727)

						Consolidado			
						Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 1,90%	199.329		BRL mil	1 bps*	10	(903)	(1.807)	903	1.807
IPCA 4,31%		172.943	BRL mil	-81 bps*	1.401	1.863	3.727	(1.863)	(3.727)
TJLP 4,55%		992.663	BRL mil	-36 bps*	3.574	11.292	22.583	(11.292)	(22.583)

*bps – basis points

(i) Valores líquidos dos custos de captação.

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determinam a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9			76.964	75.844
				<u>76.964</u>	<u>75.844</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	8	571	49	145.970	74.814
Fundo de liquidez - Conta reserva	8.1			53.359	45.170
		<u>571</u>	<u>49</u>	<u>199.329</u>	<u>119.984</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	13	167.646	162.557	1.097.749	1.126.639
Fornecedores		183	108	3.399	8.194
Partes relacionadas	10	9	3.314	9	1.468
		<u>167.838</u>	<u>165.979</u>	<u>1.101.157</u>	<u>1.136.301</u>

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2020	2019	2020	2019
AAA	647	118	120.194	114.343
AA	1	1	22	15
AA-			85.569	13.250
Sem rating	6	6	9	6
	<u>654</u>	<u>125</u>	<u>205.794</u>	<u>127.614</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado pelas mesmas.

8 Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras da Companhia, possuem taxa média de remuneração entre 100,00% e 101,50% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional				
Depósitos bancários a vista	83	76	6.465	7.630
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	571	49	145.970	74.814
	<u>654</u>	<u>125</u>	<u>152.435</u>	<u>82.444</u>

8.1 Fundo de Liquidez – Conta reserva

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de caixa restrito em contas reserva é de R\$53.359 (R\$ 45.170 em 31 de dezembro de 2019).

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

As controladas da Companhia não possuem histórico de perdas de contas a receber de clientes e, por este motivo, não há indícios de perdas estimadas de crédito para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(a) Composição

	Nota	2020	Consolidado 2019
ACR			
Leilão de Energia Nova (LEN)		20.708	21.700
Leilão de Reserva de Energia (LER)		8.072	7.084
		<u>28.780</u>	<u>28.784</u>
ACL			
Partes relacionadas	10	146	3.023
Créditos a receber com a CCEE		48.038	44.037
		<u>48.184</u>	<u>47.060</u>
		<u>76.964</u>	<u>75.844</u>

Contas a receber ACR: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários.

Contas a receber ACL: representados por conta a receber de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

Créditos a receber CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao preço de liquidação das diferenças ("PLD"), podendo representar valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	2020	Consolidado 2019
A vencer	28.887	29.384
Vencidos até 3 meses	11.690	45.673
Vencidos entre 3 a 6 meses		624
Vencidos há mais de 6 meses	36.387	163
	<u>76.964</u>	<u>75.844</u>

10 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos, principalmente comercialização de energia.

(a) Controladora

	Dividendos a receber		Passivo	Dividendos a pagar		Cont roladora
			circulante			Passivo não
	2020	2019	2020	2020	2019	circulante
Sociedade controladora						
VTRM Energia Participações S.A.				764	764	
Sociedades controladas e Holding do Grupo Vot orant im						
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.						234
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	1.130	2.048				234
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.						277
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	2.441	3.526				277
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	2.136	6.296				256
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	847	1.514				169
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.		180				257
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	1.136	2.368				277
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	2.109	3.209				170
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.						170
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	597	1.876				256
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	57	1.048				277
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	544	6.453				277
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	2.655	2.706				183
Vot orant im S.A.			9			
	<u>13.652</u>	<u>31.224</u>	<u>9</u>	<u>764</u>	<u>764</u>	<u>3.314</u>

(b) Consolidado

	Consolidado									
	Contas a receber de clientes (Nota 9)		Passivo circulante		Dividendos a pagar		Vendas (Nota 17)		Compras	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedade controladora										
VTRM Energia Participações S.A.					764	764				
Sociedade coligada e Holding do Grupo Votorantim										
Votorantim S.A.			9							
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	146	3.023		1.468			3.604	9.628	2.124	8.038
	<u>146</u>	<u>3.023</u>	<u>9</u>	<u>1.468</u>	<u>764</u>	<u>764</u>	<u>3.604</u>	<u>9.628</u>	<u>2.124</u>	<u>8.038</u>

11 Investimentos

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Para ser classificada como entidade controlada em conjunto, deve existir acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2020				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2020	2019	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.	45.610	(3.539)	100,00	100,00	(3.539)	(1.885)	45.610	50.067
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	49.655	(2.721)	100,00	100,00	(2.721)	(324)	49.655	52.376
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.	44.907	(4.561)	100,00	100,00	(4.561)	(1.678)	44.907	50.552
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	58.900	(2.947)	100,00	100,00	(2.947)	(3.645)	58.900	61.847
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	55.799	(442)	100,00	100,00	(442)	1.612	55.799	55.858
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	30.174	(1.873)	100,00	100,00	(1.873)	(788)	30.174	32.047
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	49.149	(1.670)	100,00	100,00	(1.670)	972	49.149	51.869
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	55.538	(2.279)	100,00	100,00	(2.279)	625	55.538	57.668
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	34.970	(971)	100,00	100,00	(971)	446	34.970	36.259
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.	39.369	(3.531)	100,00	100,00	(3.531)	(1.055)	39.369	35.868
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	58.831	1.286	100,00	100,00	1.286	1.592	58.831	58.985
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	70.065	238	100,00	100,00	238	868	70.065	70.503
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	58.206	2.289	100,00	100,00	2.289	2.474	58.206	58.224
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	43.214	2.867	100,00	100,00	2.867	58	43.214	41.014
					<u>(17.854)</u>	<u>(728)</u>	<u>694.387</u>	<u>713.137</u>

(b) Movimentação

	Nota	Controladora	
		2020	2019
Saldo inicial do período		713.137	730.385
Equivalência patrimonial		(17.854)	(728)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.1 (a)	(1.588)	(2.004)
Reversão de dividendos	1.1 (a)	546	
Dividendos adicionais	1.1 (a)	(4.374)	(11.228)
Aumento de capital	1.1 (b)	7.700	
Redução de capital	1.1 (b)	(3.180)	(3.288)
Saldo no final do período		694.387	713.137

12 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Provisões).

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciações utilizadas nas controladas da Companhia são definidas pela ANEEL através da resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. As controladas da Companhia não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Veículos	Terrenos	Obras em andamento	Consolidado	
								2020	2019
Saldo no início do período									
Custo	1.755.213	4.417	137	36.973		168	7.528	1.804.436	1.804.272
Depreciação acumulada	(204.632)	(426)	(27)	(1.778)				(206.863)	(131.609)
Saldo líquido no início do período	1.550.581	3.991	110	35.195		168	7.528	1.597.573	1.672.663
Adições							1.599	1.599	729
Baixas									(223)
Depreciação	(74.280)	(144)	(8)	(1.120)	(26)			(75.578)	(75.254)
Outros									(342)
Transferências	30	145			551		(726)		
Saldo no final do período	1.476.331	3.992	102	34.075	525	168	8.401	1.523.594	1.597.573
Custo	1.755.243	4.562	137	36.973	551	168	8.401	1.806.035	1.804.436
Depreciação acumulada	(278.912)	(570)	(35)	(2.898)	(26)			(282.441)	(206.863)
Saldo no final do período	1.476.331	3.992	102	34.075	525	168	8.401	1.523.594	1.597.573
Taxas médias anuais de depreciação - %	4	3	6	3	5				

13 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

		Circulante				Não circulante				Controladora	
Modalidade	Encargos anuais médios	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Total	
Moeda nacional											
Debêntures	IPCA + 6,99%	9.412	6.605	158.234	155.952	167.646	162.557	167.646	162.557	162.557	
		<u>9.412</u>	<u>6.605</u>	<u>158.234</u>	<u>155.952</u>	<u>167.646</u>	<u>162.557</u>	<u>167.646</u>	<u>162.557</u>	<u>162.557</u>	
Consolidado											
Modalidade	Encargos anuais médios	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	Total	
Moeda nacional											
BNDES	TJLP + 2,82%	43.249	37.508	886.854	926.574	930.103	964.082	930.103	964.082	964.082	
Debêntures	IPCA + 6,99%	9.412	6.605	158.234	155.952	167.646	162.557	167.646	162.557	162.557	
		<u>52.661</u>	<u>44.113</u>	<u>1.045.088</u>	<u>1.082.526</u>	<u>1.097.749</u>	<u>1.126.639</u>	<u>1.097.749</u>	<u>1.126.639</u>	<u>1.126.639</u>	

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento

										Controladora	
Modalidade		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	A partir de 2029	Total
Moeda nacional											
Debêntures		9.412	1.355	2.261	4.073	10.414	10.414	10.414	10.414	108.889	167.646
		<u>9.412</u>	<u>1.355</u>	<u>2.261</u>	<u>4.073</u>	<u>10.414</u>	<u>10.414</u>	<u>10.414</u>	<u>10.414</u>	<u>108.889</u>	<u>167.646</u>
		<u>5,61%</u>	<u>0,81%</u>	<u>1,35%</u>	<u>2,43%</u>	<u>6,21%</u>	<u>6,21%</u>	<u>6,21%</u>	<u>6,21%</u>	<u>64,95%</u>	<u>100,00%</u>
Consolidado											
Modalidade		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	A partir de 2029	Total
Moeda nacional											
BNDES		43.249	41.612	50.484	54.927	59.371	63.815	77.138	97.829	441.678	930.103
Debêntures		9.412	1.355	2.261	4.073	10.414	10.414	10.414	10.414	108.889	167.646
		<u>52.661</u>	<u>42.967</u>	<u>52.745</u>	<u>59.000</u>	<u>69.785</u>	<u>74.229</u>	<u>87.552</u>	<u>108.243</u>	<u>550.567</u>	<u>1.097.749</u>
		<u>4,80%</u>	<u>3,91%</u>	<u>4,80%</u>	<u>5,37%</u>	<u>6,36%</u>	<u>6,76%</u>	<u>7,98%</u>	<u>9,86%</u>	<u>50,15%</u>	<u>100,00%</u>

(c) **Movimentação**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial do exercício	162.557	159.786	1.126.639	1.213.407
Captações			543	
Provisões de juros	18.429	17.003	94.645	116.396
Adições dos custos de captações	(1.051)	(2.776)	(1.061)	(4.494)
Apropriações dos custos de captações	695	302	6.563	6.124
Juros pagos	(11.237)	(10.912)	(87.786)	(109.865)
Liquidações	(1.747)	(846)	(41.794)	(94.929)
Saldo no final do exercício	167.646	162.557	1.097.749	1.126.639

(d) **Garantias**

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia Votorantim S.A. ⁽ⁱ⁾ e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repassse BNDES	Garantia VTRM Energia Participações S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia SPES ⁽ⁱⁱ⁾ ; Fiança bancária ⁽ⁱ⁾ ; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(i) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

(ii) Empresas que formam o complexo eólico Ventos do Araripe III.

(e) **Condições restritivas**

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2020, as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras foram adequadamente atendidas. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a obrigações futuras descritas em cláusulas contratuais referente aos índices apurados.

Vide a seguir a composição do ICSD consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo do exercício	(37.659)	(18.373)
Imposto de renda e contribuição social	7.369	10.864
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(30.290)	(7.509)
(+) Resultado financeiro, líquido	101.829	123.047
(+) Depreciação e amortização	75.700	75.351
EBITDA Ajustado	147.239	190.889
(-) Imposto de renda e contribuição social	(7.369)	(10.864)
Geração de caixa da atividade [a]	139.870	180.025
Serviço de dívida [b]	(129.580)	(204.794)
(-) Pagamento de juros	(87.786)	(109.865)
(-) Pagamento de principal	(41.794)	(94.929)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD (i) [a]/[b]	1,08	0,88
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD (ajustado) [a]/[b]	1,21	1,21

(i) ICSD de 2019 considera a liquidação parcial antecipada do contrato de Repasse, no montante de R\$ 55.816, cujo pagamento executado em 05 de novembro de 2019.

14 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LER: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LER: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão de ressarcimento anual	64.173	8.273
Provisão de ressarcimento quadrienal	47.374	26.179
	<u>111.547</u>	<u>34.452</u>

(d) Movimentação

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	34.452	13.493
Adições (i)	78.948	20.959
Realização de ressarcimento	(1.853)	
Saldo no final do exercício	<u>111.547</u>	<u>34.452</u>

(i) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trafo mencionado na nota 1.1 (d).

15 Provisões

Política contábil

(a) Obrigações com desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude

da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. Estas estimativas são revisadas anualmente.

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	45.006	37.653
Reversão de provisão		(342)
Ajuste a valor presente	3.445	7.695
Saldo no final do exercício	48.451	45.006

(b) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem apenas processos de natureza cível e tributária com prognóstico de perda possível no montante consolidado atualizado de R\$ 1.167 (R\$ 1.138 em 31 de dezembro de 2019).

16 Patrimônio líquido

Política contábil

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 590.500 sendo R\$ 575.000 de capital integralizado e R\$ 15.500 de capital a integralizar, composto por 590.500 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada

somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

17 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia elétrica

As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas da Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

	Nota	Consolidado	
		2020	2019
Receita bruta de venda de energia			
ACR			
Leilão de Energia Reserva (LER)		87.688	93.995
Leilão de Energia Nova (LEN)		189.818	174.104
Provisão de ressarcimento	14 (d)	(77.095)	(20.959)
		<u>200.411</u>	<u>247.140</u>
ACL			
Partes relacionadas	10 (b)	3.604	9.628
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		4.136	8.047
		<u>7.740</u>	<u>17.675</u>
Venda de energia		<u>208.151</u>	<u>264.815</u>
Deduções sobre a venda de energia			
Impostos sobre vendas		(6.057)	(10.192)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(1.096)	(1.118)
		<u>(7.153)</u>	<u>(11.310)</u>
Receita líquida		<u>200.998</u>	<u>253.505</u>

As receitas das controladas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

18 Abertura do resultado por natureza

	Controladora					
	Despesas Gerais e Administrativas		2020	2019		
Serviços de terceiros			452	79		
Outras			34	37		
			486	116		

	Controladora				Consolidado	
	Custo de compra e produção de energia	Despesas gerais e administrativas	2020	Custo de compra e produção de energia	Despesas gerais e administrativas	2019
Depreciação e amortização	75.420	280	75.700	74.229	1.122	75.351
Serviços de operação e manutenção - O&M	24.863		24.863	22.110		22.110
Custos de manutenção e de transmissão	13.748	33	13.781	13.557	443	14.000
Aluguéis e arrendamentos	4.109	200	4.309	3.836	117	3.953
Custo com suprimento de energia	2.013		2.013	14.898	10	14.908
Seguros	724	979	1.703	286	1.478	1.764
Serviços de terceiros	1.905	3.840	5.745	1.038	3.506	4.544
Materiais	108	121	229	52	305	357
Outras	729	387	1.116	161	819	980
	123.619	5.840	129.459	130.167	7.800	137.967

19 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	11	8	3.716	7.591
Juros sobre ativos financeiros	3		24	66
Outras receitas financeiras				123
	14	8	3.740	7.780
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.429)	(17.003)	(94.645)	(116.396)
Apropriações dos custos de captações	(695)	(302)	(6.563)	(6.124)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos			(3.445)	(7.695)
Outras despesas financeiras	(209)	(232)	(916)	(612)
	(19.333)	(17.537)	(105.569)	(130.827)
	(19.319)	(17.529)	(101.829)	(123.047)

20 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado o montante de R\$ 7.369 (R\$ 10.864 no exercício findo em 31 de dezembro 2019).

21 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

22 Eventos subsequentes

Incidente ocorrido na subestação coletora de Ventos do Araripe III

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo curto-circuito na subestação coletora que interliga as empresas do complexo de VAIII, provocou o desligamento do transformador de força (trafo) remanescente em funcionamento nessa subestação, com a consequente interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo (toda a energia que vinha sendo gerada pelo complexo havia sido direcionada para escoamento por esse transformador em função do incidente ocorrido em junho de 2020). O incidente ocorreu no momento em que a equipe realizava manobras para isolar o religador do circuito para conexão dos cabos da rede de média tensão.

A Administração da Companhia está atuando para obtenção de parecer sobre a viabilidade de conserto ou necessidade de substituição do transformador, bem como o prazo para resolução do problema em ambos os cenários.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada.

Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. A Administração da Companhia acionou a seguradora para avaliação do caso e tratativas quanto à indenização cabível visando mitigar os efeitos do sinistro, cuja decisão dependerá do parecer final por parte da perícia conduzida pela seguradora.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi recebido o diagnóstico definitivo sobre a viabilidade do conserto e tampouco o parecer da seguradora relativo à indenização.